



Da Rio+20 a Rio+60: Nosso futuro (in)comum

From Rio+20 to Rio+60: our uncommon future

*Decio Michellis Jr.*¹

Resumo

Estudo prospectivo de natureza qualitativa sobre a Rio+20 e seus aspectos relacionados a crise econômica, geopolítica do meio ambiente, energia sustentável, responsabilidade intergeracional e salvaguardas na formulação de políticas públicas. Considera a economia verde inclusiva no contexto da sustentabilidade, erradicação da pobreza, e governança para um avanço econômico sustentável. O futuro que queremos para o Brasil passa por iniciativas cuja efetividade seja inquestionável, através de medidas reais, mensuráveis e verificáveis e metas com base em parâmetros de eficiência que identifiquem padrões positivos de referência. A defesa dos interesses nacionais implica na confrontação em termos não antagônicos, mas autonômicos, rumo ao nosso futuro incomum.

Palavras-chave: Rio+20, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Geopolítica, Energia.

Abstract

Prospective study using a qualitative approach to assess the results from Rio +20 and its relations with the economic crises, the geopolitics of environment, sustainable energy, inter-generational responsibility, and safeguards in the formulation of public policies. This article considers an inclusive green economy in the context of poverty eradication, and governance for sustainable economic growth. The future we want for Brazil demands initiatives whose effectiveness

¹ Conselheiro do Conselho Superior de Meio Ambiente da FIESP e diretor de energia do Departamento de Infraestrutura da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo



are unquestionable, that could present real, measurable and verified goals, based on performance parameters that provide positive standards and references. The defense of the national interest implies in the autonomic, not antagonic, confrontation, aiming our uncommon future.

Keywords: Rio+20, Sustainability, Environment, Geopolitics, Energy

Introdução

Em continuidade à agenda do desenvolvimento sustentável iniciada na Eco-92, há 20 anos, a Rio+20 foi uma conferência sobre desenvolvimento, e não apenas ambiental, que tratou de temas como economia verde inclusiva no contexto da sustentabilidade, erradicação da pobreza, segurança alimentar, acesso à água, uso de energia e governança para um avanço econômico sustentável.

Para seus defensores, os resultados mais concretos da Rio+20 só irão aparecer depois de 2015, quando a ONU espera apresentar metas de desenvolvimento sustentável a serem perseguidas por todos os países, assim como a origem do dinheiro para ajudar os países mais pobres a cumprirem os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A questão socioambiental é uma questão complexa que implica inexoravelmente em conflitos. Querer não é poder: não basta boa vontade, ideologia ecológica ou visão ambiental estratégica. Precisamos de soluções técnicas e economicamente viáveis, com metas plausíveis e eficazes, onde as dimensões tecnológica, econômica e política possam avançar em contraposição à nefasta lógica radical meramente conservacionista do nada pode.

Como se financiará a economia verde inclusiva no mundo dos países mais pobres, não se sabe. Alguns países são refratários ao conceito de economia verde, enxergando esta como mais uma manobra para camuflar barreiras protecionistas a produtos "não verdes". Sem instrumentos para garantir a financiabilidade da transição para uma economia verde inclusiva, o



compromisso político com o desenvolvimento sustentável sem recursos financeiros é mero exercício de retórica.

O relatório do Panorama Ambiental Global (GEO-5) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) concluiu que entre as 90 metas ambientais globais nos últimos 40 anos, apenas 4 são consideradas bem-sucedidas: i) O fim da produção de substâncias que destroem a camada de ozônio; ii) A eliminação do chumbo em comestíveis; iii) A melhoria do acesso à água; e iv) O incremento nas pesquisas para reduzir a poluição. *Fiat lux!*

Crise Econômica e Sustentabilidade

A volatilidade da dinâmica social, política, econômica e cultural em relação ao desenvolvimento sustentável são determinadas pelo grande indutor de todas as políticas: o mundo da economia e das finanças. As tendências do setor financeiro são as grandes molas alavancadoras das questões socioambientais e de sustentabilidade: a variável socioambiental na estratégia de negócios é considerada fator não mais dissociável da análise econômica e das perspectivas de retorno financeiro e valorização acionária. Porém, a lógica da assunção de compromissos em 2015 sem unanimidade ou consenso na ONU é teoricamente possível, mas será inevitavelmente sugada pelo buraco negro econômico, sem capacidade de *enforcement* ou acordos vinculantes.

Igualmente, esta lentidão ou apatia na evolução das principais convenções ambientais (clima, biodiversidade, etc.) é consequência também do avanço dos grandes grupos transnacionais (160) e seus lobbies que acabam influenciando as decisões dos governos. As três principais superpotências Estados Unidos, União Européia e China, que são o centro do sistema estão responsabilmente mais preocupadas em salvar suas economias do que ocupadas em promover uma economia verde. Mesmo a União Européia que timidamente, se orienta para uma economia mais verde. Estados Unidos e China sequer cogitam ceder soberania nacional em resposta à lógica radical meramente conservacionista



do nada pode. A agenda econômica é tão importante, que a guerra fiscal é parte da estratégia de defesa dos EUA.

A União Europeia está sucessivamente testando seus limites. A sobrevivência da zona do euro está em questão. Os governos se preparam para o pior. Conseqüências? Investimentos produtivos engavetados, crédito cada vez mais difícil, fuga de ativos de risco, incluindo ativos de "países emergentes", pânico no setor bancário, desemprego crescente, ataques especulativos, possíveis congelamentos parcial de depósitos bancários (como na Argentina em 2001), salários poderão deixar de ser pagos, hiperinflação, desabastecimento nos supermercados de alimentos, garantias de pagamento antes de entregar as mercadorias, aumento da violência e imigração em massa. Seu "desenvolvimento sustentável" corre o risco de afundar junto.

Os defensores da de caminhos alternativos buscam outros formatos de uma "agenda global que garanta a proteção sustentável do ambiente – e também para reduzir a pobreza e promover a igualdade social". Quase todos indignados e desencantados adeptos do movimento altermundialização e ou antiglobalização. Igualmente surge o neonacionalismo como resposta a falta de oportunidades de geração de prosperidade econômica e bem estar social.

As alternativas são abundantes: i) Controle do consumo e 'decrecimento' (*degrowth*): a contração daqueles que estão abusando e aperfeiçoamento daqueles que não têm nada, de modo que se busque um padrão que o planeta agüente, reduzindo a escala de produção e consumo, distribuindo melhor recursos e trabalho, e freando o uso de recursos naturais bem como eliminando a "perpétua busca pelo crescimento" do Produto Interno Bruto (PIB); ii) Economia solidária: preservação somente com a substituição do modelo atual de "desenvolvimento predatório, baseado na acumulação privada de riquezas"; e iii) A raiva social niilista (falta de perspectiva, o nada a perder e nem a esperar): "Seja você mesmo a mudança que deseja para o planeta"; "O maior perigo que nos ameaça é a passividade"; "Não, não pagaremos pela sua crise"; "Reformem Wall Street"; "Taxem mais os Ricos"; "Unidos para a



mudança global"; "Eles, a crise; nós, a alternativa"; "É preciso parar tudo porque não há dinheiro para nada"; "Não somos anti-sistema, o sistema é contra nós"; "A democracia, particularmente a democracia representativa, é ineficaz e o capitalismo produtivista e consumista destrói a vida futura, porque destrói o planeta". Na Rio+20 o presidente do Greenpeace International, Kumi Naidoo, chegou a ameaçar com uma "onda de desobediência civil". Na prática representa a possibilidade de ações de todo tipo, inclusive, as de caráter "ecoterrorista".

Ainda não se sabe como definir isso ou colocar em prática propostas moralmente indefensáveis e emocionalmente insustentáveis. Limitam-se a agir como médicos legistas promovendo a autópsia do nosso estilo de vida e da forma como fazemos uso insustentável dos recursos naturais, renováveis ou não. O decrescimento é para quem pode e não para quem quer; mas quem pode não quer.

Só o real é universalmente inteligível. Não existem caminhos fáceis. Seria desejável observar: i) Foco na financiabilidade da transição para uma economia verde e inclusiva, considerando o desafio da erradicação da pobreza, contemplando princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país. Afinal, compromisso político com o desenvolvimento sustentável sem recursos financeiros é mero exercício de retórica; ii) O estabelecimento de incentivos para a partilha de segredos comerciais ligados às tecnologias verdes visando à expansão do mercado para bens ambientais e a elevação geral dos níveis de desenvolvimento e progresso aos patamares permitidos pela ciência e pela tecnologia modernas. A economia verde não poderá aumentar a desigualdade entre os países, por exemplo, ao favorecer as tecnologias criadas por países que já se encontram em patamar mais elevado de desenvolvimento; iii) O desenvolvimento de estratégias que privilegiem os princípios científicos, o bem comum e o bom senso. Volta à realidade como um ato de humildade, honestidade, singeleza, prudência e da democracia. Pressupõe a participação consciente de sujeitos livres (capazes de escolhas morais emocionalmente sustentadas; e iv) Sinais de enfrentamento à crise para



retomada do crescimento econômico. Time que não joga não tem torcida. O brejo está chegando até a vaca, mesmo a vaca não querendo ir para o brejo. A crise mundial já afeta o Brasil, mesmo que as condições comparativas nos sejam favoráveis, nenhuma condição humana é permanente.

Igualmente não gostaríamos de ver: i) A submissão das sociedades às restrições tecnológicas e econômicas absolutamente desnecessárias; ii) O falso paradigma da sustentabilidade: se é bom, barato e funciona não é sustentável. Enquanto alguém não estiver sofrendo, se sacrificando ou perdendo não estará fazendo um bem para o meio ambiente; iii) O mero denunciamento sem propostas concretas factíveis; e iv) O uso de terapias coletivas, pajelança, discursos politicamente corretos recheados de consciência ambiental, mas desprovidos de ações mensuráveis reportáveis e verificáveis.

A globalização ainda é a principal mola da democracia e da prosperidade. Abre novas oportunidades quando conjuga a liberdade econômica, a prosperidade acumulada e a justiça social. Isto não significa a ausência de deficiências sistêmicas de funcionamento ou de práticas predatórias. Ambas necessitam de restrições e de supervisão internacional.

Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável

O mundo nunca deixou de ser uma arena de competição, ainda que as formas pelas quais elas se manifestem, variem com o tempo. O mundo foi, continua e continuará inseguro, porque é a própria natureza da luta pela sobrevivência entre as Nações. Ameaçadas pelo mesmo problema, no mesmo tempo e com impactos similares, mas com uma única preocupação: o que é melhor para o país? Até mesmo o altruísmo ou bondade entre as nações pode ser compreendido como uma forma de interesse-próprio, quando todas as pressões sociais são consideradas.

A geopolítica do clima diz respeito às disputas de poder e pressões de todos os tipos no espaço mundial por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território além dos próprios limites territoriais.



Implicam também relações de assimetria que podem ser disputas econômicas, conflitos culturais, ideológicos, além de questões sobre mudanças climáticas, inovações tecnológicas e diferentes aspectos da globalização.

A nova geopolítica do clima envolve questões tão complexas e difusas como: capitalismo de carbono, crise energética, eco-escravidão, perpetuação da exclusão social, armadilhas energéticas, riscos regulatórios, custos ambientais crescentes, limites do crescimento sustentável, barreiras socioambientais, biocomplexidade, níveis “ótimos” de poluição, esfriamento global, fraudes, destinação do CO₂ seqüestrado, etc.

Por outro lado se observa o incremento da intolerância dos líderes e organizações do mundo desenvolvido em face de omissões quanto à sustentabilidade do uso dos recursos naturais (renováveis ou não). Neste contexto a megabiodiversidade e o tamanho das reservas hídricas brasileiras é fator latente de cobiça internacional. O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta. Esta abundante variedade de vida – que se traduz em mais de 20% do número total de espécies da Terra – eleva o Brasil ao posto de principal nação entre os 17 países megadiversos ou de maior biodiversidade.

Por mais que o Brasil faça, nunca está bom, ou é suficiente, para satisfazer as cobranças que são feitas por governos, empresas, ONGs, órgãos de comunicação ou entidades acadêmicas do das principais economias do planeta: i) Desperdiça com o plantio de produtos agrícolas como a cana-de-açúcar, mamona, soja, canola, babaçu, mandioca, milho, pinhão-manso para produção de biocombustíveis áreas preciosas para o plantio de alimentos; ou desperdiça, com o plantio de alimentos, áreas preciosas de vegetação nativa. Ou utiliza muito pesticida, planta transgênicos demais, tem demasiada agricultura; ii) A carne brasileira item muito importante na pauta de exportações, mas não é rastreada o suficiente, os bois são maltratados e os frigoríficos não são fiscalizados o suficiente. Mesmo superadas estas barreiras, o rebanho do Brasil é exageradamente grande: responsável por 22% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e 63,3% das emissões de metano



nacional, onde o mundo vai parar, se o rebanho continuar crescendo? iii) Existe trabalho em condição análoga à de escravo, jornada exaustiva, ou condições degradantes de trabalho no Brasil, e quando não há trabalho escravo existe trabalho infantil; iv) Os trabalhadores brasileiros ganham muito pouco, e estão afetando a estabilidade do mercado de trabalho do mundo desenvolvido; v) O Brasil não respeita os direitos das mulheres, das minorias, dos índios, dos sem-terra, dos quilombolas, dos deficientes físicos, mesmo tendo uma das legislações mais avançadas do planeta; vi) Os brasileiros não têm competência, os meios e a maturidade necessária para cuidarem sozinhos da Amazônia. Resumindo nossas vantagens comparativas na se transformam em vantagens competitivas.

O movimento ambientalista internacional é, predominantemente, um instrumento político a serviço de uma agenda de restrições ao nosso desenvolvimento socioeconômico, com propósitos específicos: i) Reduzir o impulso pró-industrialização; ii) Manter o controle sobre regiões ricas em recursos naturais; iii) O Brasil como uma “potência ambiental”, sem a qual não pode haver um acordo climático significativo (e vinculante com restrições às emissões de GEE para o Brasil); iv) Importante ator internacional para a segurança energética (como grande exportador de matérias-primas); v) Limitar o crescimento demográfico; vi) Reduzir o “otimismo tecnológico” nacional; e vii) Subordinar à agenda ambientalista a utilização plena dos recursos naturais para o desenvolvimento interno soberano do País através de pressões políticas e midiáticas motivadas por argumentos ambientalistas.

Nossa soberania pseudo-responsável está cada vez mais relativa e cada vez mais distante do conceito “Ubis pedis ibi patria” (onde temos os pés, existe a pátria)? A gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos atentam contra a integração nacional. A internacionalização da Amazônia se materializa através da criação de desproporcionais unidades de conservação (25,56% + 23,65% de terras indígenas) e restrições do uso do solo (80% de reserva legal) onde apenas 10,69% deste bioma estão disponíveis legalmente para a atividade agrícola e industrial para a presente e as futuras gerações de



brasileiros.

Hoje, há muito mais perguntas sem respostas de como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Um Estado contemporâneo e seguro, portanto, deve saber identificar seu destino e buscá-lo em meio a um caminho de grandes incertezas e indefinições através de: i) Valorização dos recursos naturais como capital de realização atual e futuro; ii) Ampliação dos mecanismos para estímulo e apoio às iniciativas de conservação e uso sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade e para inibir ações degradantes dos recursos hídricos, no meio ambiente e da diversidade biológica e genética; iii) Combinação de preservação e desenvolvimento sustentável com alta tecnologia; iv) Internalizar os recursos ambientais como bens estratégicos nacional: intervenção estratégica do Estado na proteção do meio ambiente e uso sustentável dos recursos hídricos, garantindo a soberania sobre o território nacional e em especial sobre a Amazônia, o Aquífero Guarani e o Pantanal. No futuro imediato, é crucial a neutralização deste aparato intervencionista, para que o Brasil possa se consolidar como uma verdadeira potência - promovendo um desenvolvimento socioeconômico harmonioso e duradouro e capaz de exercer uma influência positiva no cenário global.

Essa imagem ainda é difusa, não se sabe exatamente onde e quando o Brasil pode e quer chegar. Porém, é verossímil afirmar que a direção é esta e que se caminha nesse sentido. É preciso, portanto, haver coerência entre o que se quer e o que se pode.

Conduitas hostis, de grandes potências mundiais, são altamente prováveis e requerem apropriada resposta. Tais condutas terão, predominantemente, caráter econômico-financeiro, tecnológico e político. Contrário ao interesse nacional, mas sendo inevitável o avanço da governança global, precisamos ocupar espaços estratégicos para garantir a posse e uso sustentável dos nossos recursos ambientais (renováveis ou não) sob suas varias formas em quantidade, qualidade e preços competitivos. A opção pela autonomia nacional requer se assuma a probabilidade de um longo período de confrontação. Uma



confrontação é sustentável pelo Brasil se, desde logo, se a situar, inequivocamente, em termos não antagônicos, mas simplesmente autonômicos.

A governança global é uma tendência, mesmo considerando a atual impotência da ONU para enfrentar problemas ambientais e sociais em curso. O mundo está cada vez mais interconectado de forma que esses desafios podem estar além da capacidade de qualquer nação de resolvê-los sozinha. Inclui a criação de um novo organismo ambiental internacional, que substituirá o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, ao estilo da Organização Mundial do Comércio (OMC), com mais orçamento e poder e venha “definir estratégias normativas, avaliar os países e eventualmente punir países que não cumprem os compromissos assumidos”. O processo ganhará peso quanto maior forem os riscos socioambientais para a economia global. A pergunta não é "se", mas "quando" e "quanto" seremos afetados pelo avanço da governança global com um novo organismo ambiental internacional.

Como medida sensata de precaução, o Brasil deve desenvolver uma melhor compreensão dos impactos no avanço da governança global com um novo organismo ambiental internacional, analisando riscos e quantificando os custos e as diferentes medidas para definição de metas e prazos - respaldada por transferências de dinheiro e tecnologia - para a conversão da produção e do consumo para padrões ambientalmente sustentáveis. O maior risco remete à desindustrialização crescente e seus impactos diretos e indiretos sobre as oportunidades de ocupação e renda, bem estar social, competitividade e inovação.

Estamos cada vez mais dependentes da tecnologia para realizar nossas atividades e um novo ciclo de desenvolvimento se avizinha, no qual o nível de competitividade fica maior. Como nem sempre é possível se privar dos avanços tecnológicos e das medidas protecionistas, vivemos o desafio dos senões que envolvem unir proteção ambiental e combate à pobreza.

O risco maior é o da procrastinação, ou seja, adiar a decisões e ações que



julgamos (des)necessárias. Pode ocorrer de subestimarmos a importância destas ações e colocamos outras como prioridades.

Leonard Fuld afirmou que “a linguagem secreta da inteligência competitiva está baseada em dois alicerces. O primeiro é a habilidade de encontrar a correta informação a respeito da competitividade. O segundo, e mais crítico, é a habilidade de enxergar as disrupções antigas de mercado e imparcialmente interpretar os eventos”.

Na metas de desenvolvimento sustentável a serem perseguidas por todos os países, assim como a origem do dinheiro para ajudar os países mais pobres a cumprirem os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), esperamos iniciativas cuja efetividade seja inquestionável, através de medidas reais, mensuráveis e verificáveis. Que as metas preferencialmente tenha por base os parâmetros de eficiência que identifiquem padrões positivos de referência.

A riqueza econômica (sem ela é impossível investir na conservação e recuperação ambiental e numa economia verde includente de baixo carbono) e melhoramento do planeta são faces da mesma moeda, onde a vida humana é o seu maior tesouro.

Energia Sustentável

Entre as propostas para o desenvolvimento sustentável por países que desejam esverdear suas sujas matrizes energéticas, no mesmo modelo das Metas do Milênio, estão: i) Garantir o acesso universal a serviços energéticos modernos; ii) Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética; iii) Duplicar a cota das energias renováveis na matriz energética global; e iv) Reduzir pela metade o consumo de outras fontes, tudo isto até 2030.

Porém, os obstáculos são enormes: altos custos comparativos; baixa competitividade socioambiental; baixa eficiência; pouca confiabilidade no suprimento de cargas energointensivas como siderurgia, indústrias de base, metalurgia, metrô, etc.; e tecnologias não maduras que demandarão anos ou



até mesmo décadas de pesquisa e desenvolvimento para uso comercial. Igualmente não se pode desconsiderar que a taxa de mudança tecnológica está fortemente relacionada à vida útil do estoque de capital e de equipamentos das infraestruturas convencionais: térmicas a carvão + 45 anos, turbinas a gás + 25 anos, hidrelétricas têm vida útil indeterminada, temos usinas funcionando a mais de 120 anos após sua construção.

Na definição da matriz energética de qualquer nação, vários são os fatores determinam a sua composição e as diferenças entre países: disponibilidade das fontes, segurança energética, disponibilidade de recursos, menores custos de oportunidades socioambientais, potencial para apoiar prioridades; potencial de financiar programas e ações; continuidade das políticas públicas; taxa de investimento, crescimento populacional, mudança tecnológica, mudanças estruturais, pobreza, inovação, educação, poupança pública e custos competitivos, entre outros.

O coordenador executivo da conferência Rio+20, Brice Lalonde, ex-ministro do Meio Ambiente da França, afirmou que "o desenvolvimento sustentável é mais importante para o pobre que para o rico. Pode ser caro exigir que os pobres protejam a natureza, mas é mais caro não preservá-la." Estas declarações nos fazem lembrar a frase escrita 271 anos atrás por Rousseau no livro Confissões, em referência a um evento ocorrido em 1741, e atribuída falsamente a Maria Antonieta em 1775, quando esta ainda não era nascida: "Se o povo não tem pão, que coma brioche!"

A segurança energética per si nos orienta a buscar fontes alternativas de energia, maior competição na oferta de energia, eficiência energética, diversificação energética, a elaboração de planos de contingência e outras políticas.

As hidrelétricas tem sido alvo preferencial de críticas pelos ambientalistas radicais. Os conceitos de "racismo ecológico" (atingir deliberadamente as populações etnicamente minoritárias) ou de "sociopatia ambiental" (desprezo por normas socioambientais, ausência de empatia com outros seres vivos ou



indiferença aos direitos e sentimentos gerações presentes e futuras e sérios prejuízos à biodiversidade) não se aplicam a empreendimentos hidrelétricos pelo fato de eles existem onde a natureza os proporcionou (vazão e desnível) com relativa rigidez locacional e escolha das prioridades pela relação custo x benefício (inclusive socioambientais) e proximidade dos centros de carga.

A moratória ou suspensão de qualquer tipo de licença ambiental (LP, LI e LO) a quaisquer empreendimentos hidrelétricos que estejam adimplentes com a legislação ambiental, bem com a eventual esterilização do potencial hidráulico, é incompatível com a responsabilidade intergeracional, uma vez que esta iniciativa não será acompanhada do decréscimo no consumo da energia elétrica.

Para todos aqueles que apóiam o desenvolvimento não destrutivo e estão preocupados com a preservação do equilíbrio socioambiental, as hidrelétricas são parte da solução em continuar avançando na direção do desenvolvimento sustentável e na garantia da qualidade de vida das populações atuais e futuras.

Ser “verde” significa restabelecer a verdade sobre esta forma sustentável e acima de tudo ambientalmente correta de produzir energia tão necessária ao progresso, à inclusão social e ao desenvolvimento harmônico.

A geração de energia solar, eólica, biomassa e outras fontes de reduzida densidade de fluxo energético, são adequadas para complementar e integrar a matriz elétrica e energética, mas não atendem grandes demandas urbanas e os grandes blocos de energia industriais necessárias para a manutenção do crescimento sustentado do Brasil.

Precisamos na nossa matriz energética para reduzir a pobreza e melhorar os padrões da qualidade de vida: i) O aproveitamento do potencial hidrelétrico ainda disponível; ii) O uso de fontes alternativas ou complementares calcadas em soluções técnicas e economicamente viáveis, com metas plausíveis e eficazes; iii) O desenvolvimento de uma nova geração de reatores de fissão nuclear intrinsecamente seguros (inclusive reatores regeneradores capazes de



"reciclar" grande parte do combustível usado); iv) A interligação de redes de energia continentais, para ampliar tanto a eficiência como a segurança energética; v) A presença da termoeletricidade como uma fonte confiável e flexível de energia e chave no desenvolvimento de fontes renováveis de energia, fornecendo um produto flexível e confiável que suporta outros sistemas menos flexíveis na matriz elétrica. O carvão, o petróleo e o gás natural continuarão sendo fontes de desenvolvimento por um longo tempo ainda.

Paradoxos? Muitos. Veja o caso brasileiro: Em 2011 o uso da gasolina cresceu 19%, enquanto o uso do etanol nos veículos desabou 29%. O Brasil produziu 28 bilhões de litros de etanol na safra (2010/2011). Os EUA 50 bilhões de litros. O Brasil importou 1,1 bilhões de litros de etanol dos EUA. O Brasil é líder mundial na tecnologia da produção de etanol de 1ª geração, mas já perdeu a corrida tecnológica para os EUA no etanol de 2ª geração (celulósico). Já está em construção na cidade de Emmetsburg, no Estado de Iowa, a primeira usina de etanol celulósico em escala comercial, um investimento de US\$ 250 milhões e produção prevista para 95 milhões de litros/ano. Utiliza cascas, folhas e espigas de milho como matérias primas. Operação prevista para 2013.

O caso chinês (líder mundial no desenvolvimento de energias "limpas e renováveis" como a eólica e a solar) é mais emblemático: O premier Wen Jiabao, em relatório publicado em 05/03/12, afirmou que a China terá como foco acelerar as opções nuclear e hidrelétrica, além de se dedicar a desenvolver soluções para explorar o gás de folhelhos, com as novas tecnologias que vêm sendo desenvolvidas para tal finalidade e por um fim na expansão de indústrias fabricantes de componentes para usinas eólicas e solares. Segundo Zhai Ruoyu, ex-gerente geral da China Datang Corp., uma das cinco gigantes chinesas do setor energético, o maior foco nas usinas hidrelétricas e nucleares no planejamento significa o efetivo abandono das opções solar e eólica, já que estas falharam em atender as necessidades do país.



Os impactos ambientais provocados por fontes alternativas, em larga escala, podem ser tão significativos quanto os decorrentes das fontes convencionais. Isto permite concluir que qualquer fonte de energia que passe a ter uso intensivo, pode gerar impactos socioambientais tão graves e intensos quantos as fontes tradicionais que pretende substituir. Cada tipo de fonte de energia tem sua aplicação e lugar na matriz energética. A escolha deve considerar as especificidades locais e o custo de oportunidade socioambiental. Nenhuma fonte pode ser desprezada.

O Brasil precisa garantir o equilíbrio e a versatilidade da sua matriz energética e avançar em áreas, tais como as de agricultura e saúde, que se beneficiam da tecnologia de energia nuclear. Precisamos empregar a energia nuclear criteriosamente, e sujeitá-la aos mais rigorosos controles de segurança e de proteção do meio-ambiente, como forma de estabilizar a matriz energética nacional, ajustando as variações no suprimento de energias alternativas renováveis (eólica, biomassa e solar) e de origem hidrelétrica.

O Brasil está desenvolvendo um programa nuclear pós Angra III com avanços modestos e um cronograma relativamente flexível, onde nos preparamos para o fim da era das hidrelétricas, uma energia renovável e comparativamente mais competitiva que as outras alternativas de fornecimento de energia elétrica.

O sucesso do Programa Nuclear Brasileiro pós Angra III dependerá dentre outros fatores de novas regras de segurança aplicáveis a reatores em funcionamento e a serem construídos, o uso em escala comercial de reatores de 3ª geração, o desempenho do PROSUB - Programa de Desenvolvimento de Submarinos (de propulsão nuclear) da Marinha do Brasil e a renovação da geração dos agentes públicos e lideranças políticas pós revolução de 1964. Esta geração ainda guarda um ranço ideológico muito forte, que turva a compreensão do papel estratégico da energia nuclear quando os aproveitamentos hidráulicos tecnicamente, econômica e socioambientalmente viáveis já tiverem se esgotado.



Os legítimos interesses de soberania e independência energética do Brasil no futuro, através da utilização dos meios que o País dispõe, nenhuma fonte pode ser desprezada, particularmente o domínio da energia nuclear. A sorte se encontra na prudência e o azar na precipitação.

Responsabilidade Intergeracional

A proteção ambiental é parte integrante do processo produtivo do desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar qualidade de vida para todos os cidadãos e atender equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras.

O esgotamento de um recurso natural não renovável (uma jazida de carvão mineral ou de um reservatório de petróleo e/ou gás natural) é um impacto ambiental negativo, permanente e irreversível. Portanto é necessário um planejamento integrado no uso dos recursos naturais renováveis ou não, calcado num diagnóstico/inventário nacional/estadual de reservas, que, por sua vez, conduza a uma exploração racional, respeitando a responsabilidade intergeracional e o reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo.

Devemos estabelecer mecanismos que permitam a racionalização do uso dos recursos naturais no tempo e no espaço, de forma a evitar seu esgotamento e ou uma transição segura para alternativas de substituição. Significa obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para as gerações futuras em dado ecossistema.

Pelo princípio da solidariedade todos respondam pelo custo socioambiental da produção e transmissão da energia elétrica. A crise ecológica e a necessidade de produção de energia limpa é responsabilidade de todos.

As “externalidades ambientais negativas”, caso relevantes, precisam ser valoradas e reconhecidas na legislação e nas políticas públicas, já que se exige dos empreendedores (públicos e privados) a extrema e estrita legalidade na conformidade com a legislação e/ou regulamentação ambiental, trabalhista,



tributária e fiscal.

Nos licenciamentos de significativo impacto ambiental, onde é exigida a prévia elaboração do EIA/RIMA, se os danos significativos não forem eliminados, mitigados ou, pelo menos, minorados ao máximo, o licenciamento não será concedido. Eventuais danos residuais (inclusive sobre eventual instabilidade climática) serão aqueles permitidos pela legislação que representam, em última análise, a conciliação dos princípios constitucionais do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Salvaguardas na formulação de políticas públicas

O setor produtivo está refém de extremos. Dentro do conceito de inovatividade, devemos não restringir, mas condicionar o empreendedorismo. Mesmo no cenário menos otimista, a crise da sustentabilidade pode acabar produzindo a solução.

O que é considerado sustentável hoje pode não ser amanhã, já que as ciências ambientais não são exatas. O máximo que podemos garantir é que estamos fazendo uso das melhores práticas técnica, econômica e ambientalmente viáveis e disponíveis no momento. Ou seja, amanhã poderemos não ser o que fomos/nem o que somos sustentáveis hoje.

O Brasil é hoje uma potência ambiental, com destaque em biodiversidade, potencial alternativo para geração de energia, produção de alimentos e reservas de águas naturais. A transição para a economia verde inclusiva, em diversos setores, já está em curso no país. Cabe ao país cobrar dos países desenvolvidos a prestação de contas o que aconteceu, de concreto, depois a Rio 92: os respectivos Programas de Metas e Prioridades vinculadas ao desenvolvimento sustentável (considerando os objetivos, diretrizes, ações, programas e intervenções estratégicas e outros conteúdos conexos, indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualitativas setoriais).

Precisamos garantir o direito inalienável de o Brasil agir para a elevação dos padrões de consumo da população para elevar o seu padrão de vida. O acesso



a alguns serviços públicos e a certas formas de riqueza depende do aumento do consumo para atender às necessidades e aspirações básicas de desenvolvimento humano dos brasileiros, implica em aumentar o uso de recursos naturais (renováveis ou não).

Considerando que a política ambiental brasileira está sendo consolidada por uma estratégia rumo à economia verde, inclusiva e responsável, é imprescindível assegurar uma transição justa e socialmente aceitável, defendendo a competitividade e desenvolvimento da nossa base industrial e vantagens comparativas.

É necessário o desenvolvimento de um cenário complementar da avaliação das pegadas hídrica (verde, azul e cinza), ecológica (biodiversidade e ecossistemas), carbônica e energética que permita a comparação entre países (offshored footprint) contando as importações, exportações e o transporte internacional, apurando o real valor das pegadas hídrica, ecológica, carbônica e energética. Focar no consumo em vez de na produção é a única solução inteligente, socialmente justa e ética.

Na eventual definição dos indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualitativas setoriais considerar apenas a evolução das inovações em reduzir a intensidade de recursos naturais renováveis ou não e energia utilizados para o atendimento de uma necessidade específica (decoupling relativo). Para tanto é necessário o veto na obtenção de tais resultados para a economia em escala global (decoupling absoluto) considerando a offshored footprint.

Precisamos vincular benefícios SMART (específico, mensurável, atingível, relevante e oportuno) para o setor produtivo no estabelecimento de metas de eficiência setoriais e nas definições dos padrões positivos de referência a serem atendidos na eventual migração maciça para uma economia verde inclusiva em detrimento de uma economia nacional pseudo marrom.

A inovação tecnológica é a única rota para desenvolvimento sustentável. Isto



exige um compromisso de ação sobre o financiamento nacional e internacional, de tecnologia necessária ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia se fará com um novo padrão de desenvolvimento baseado na ciência, na tecnologia e na inovação, sendo complementado com iniciativas de preservação da floresta em pé (improdutiva) em áreas especialmente protegidas, financiando a renúncia ao desmatamento.

É necessária prioridade para o combate à pobreza: um fracasso nesta ação permanente conduzirá a um incremento das tensões sociais, das pressões ecológicas e das crises econômicas. Riqueza econômica (sem ela é impossível investir em preservação ambiental) e melhoramento do planeta são faces da mesma moeda, onde a vida humana é o maior tesouro. É impossível resolver a questão ambiental sem vencer a pobreza.

Implica no veto a implementação dos assim chamados "empregos verdes" que signifiquem reduções de postos de trabalho na pseudo economia marrom. Exemplo: a taxa de desemprego acima de 18% na Espanha era parcialmente devido às perdas de empregos como resultado das tentativas de substituir a indústria existente com outras formas de energia). A migração para uma economia verde inclusiva deverá ser estabelecida de forma harmônica, sem ignorar setores mais pobres da população, devendo sempre apoiar a redução das desigualdades.

São necessários incentivos para a partilha de segredos comerciais ligados às tecnologias verdes visando à expansão do mercado para bens ambientais. A economia verde não poderá aumentar a desigualdade entre os países, por exemplo, ao favorecer as tecnologias criadas por países que já se encontram em patamar mais elevado de desenvolvimento.

Os mecanismos de incentivo financeiro para uma economia verde inclusiva de baixo carbono precisam estar disponíveis antes da implementação do cumprimento das metas. Igualmente precisamos garantir que as iniciativas reconhecidas como reduções de emissões já realizadas de maneira voluntária



pela indústria sejam consideradas no estabelecimento de novas metas.

Adoção de práticas voltadas para uma economia verde inclusiva e ações de mitigação e adaptação climática convergentes com o interesse nacional. O Brasil nunca será bom para a estabilidade climática e sustentabilidade socioambiental global se não for bom primeiro para o brasileiro que mora aqui.

Conclusões

O futuro que queremos exige racionalidade no processo de desenvolvimento sustentável. Consumo consciente, redução, reuso e reciclagem parecem não ser suficientes. Idem para a economia verde no contexto da sustentabilidade, erradicação da pobreza e governança para um avanço econômico sustentável. Somos bombardeados constantemente por prognósticos catastrofistas e anúncios de limites da capacidade de suporte da vida humana na terra.

Não se conhecem todos os bens e serviços que ecossistemas “sadios” oferecem, como eles são oferecidos, onde estariam os limites ecológicos críticos e o que ocorreria se fossem transpassados esses limites em cada caso.

Ideologias à parte ocorrem que todas as tentativas de fixar os limites de sustentabilidade da terra foram inexoravelmente frustradas. No máximo se consegue estimar os impactos futuros a luz das tecnologias e práticas presentes. Melhorias contínuas, rupturas e revoluções tecnológicas, culturais e socioeconômicas, tem sistematicamente elevado os limites da capacidade de suporte da vida humana no planeta.

As responsabilidades são comuns, porém diferenciadas. A defesa do interesse nacional na segurança ambiental é o conjunto de medidas e ações do Estado brasileiro, com ênfase na formulação de políticas públicas (econômicas, ciência e tecnologia, agrícolas, socioambientais e outras áreas; defesa civil; defesa externa; segurança pública), planos e programas de governo, para garantia da posse e uso sustentável dos recursos ambientais (renováveis ou não) sob suas varias formas em quantidade, qualidade, preços competitivos e seus impactos na Soberania incentivando, dissuadindo ou inibindo, através dos



meios que o Estado dispõe, conforme a Constituição contra ameaças internas, externas, potenciais ou manifestas. A defesa dos interesses nacionais implica na confrontação em termos não antagônicos, mas autonômicos. A Nação que não traçar seu próprio rumo o terá traçado por outra.

O futuro que queremos para o Brasil passa por iniciativas cuja efetividade seja inquestionável, através de medidas reais, mensuráveis e verificáveis e metas com base em parâmetros de eficiência que identifiquem padrões positivos de referência.

Não se trata de prolongar o passado e o presente, de uma visão reducionista, mas de razão criativa humana com audácia, ambições e sentido ético da história nacional. Sem perder a sustentação econômica, devemos priorizar e proteger investimentos em novas tecnologias. Não como ruptura, não apenas pensando grande, mas pensando diferente. Carecemos de um software social e tecnológico que nos dê a esperança e a certeza de um futuro incomum.